

Controvérsias Políticas em Rede: O Uso de Mídias Sociais Pelos Deputados Federais Brasileiros para Atuação em Debates Polêmicos

Antonio Teixeira de Barros

Cristiane Brum Bernardes

Cristiano Ferri Soares de Faria

Elisabete Busanello

Centro de Formação da Câmara dos Deputados

Centro de Formação da Câmara dos Deputados

Centro de Formação da Câmara dos Deputados

Universidade de Brasília

Resumo

O estudo procura analisar as motivações dos deputados federais brasileiros na expressão de opiniões polêmicas e participação em debates políticos sobre temas controversos nas mídias sociais. O estudo é baseado em dados obtidos através de um questionário eletrônico com assessores parlamentares, incluindo perguntas abertas e fechadas. A amostragem é composta por 155 informantes, representando 30,21% do total dos 513 gabinetes parlamentares da 56ª Legislatura (2019-2022). As conclusões mostram que apenas 19,6% dos deputados atuam de forma sistemática e continuada na tomada de posição sobre assuntos polêmicos; a maioria (80,4%) prefere não envolver-se em controvérsias. No primeiro caso a principal motivação é fazer contrapontos com os adversários; no segundo caso predominam a cautela e o receio de repercussões negativas para a imagem dos parlamentares. Além da descrição dos dados, as respostas abertas são utilizadas para um análise qualitativo aprofundado dos dados. **Palavras-Chave**— Mandato Digital; Política Digital; Parlamentares e Mídias Sociais; Democracia Digital; Controvérsias Políticas.

Abstract

This paper aims to analyze the motivations of Brazilian federal deputies in expressing polemical opinions and participating in political debates on controversial topics in social media. The study is based on data obtained through an electronic questionnaire with parliamentarians' advisors; this questionnaire included open and closed questions. The sample consists of 155 informants that corresponds to 30.21% of the total 513 parliamentary officers of the 56th Legislature (2019-2022). The conclusions show that only 19.6% of the deputies act systematically and continuously to take a position regarding controversial issues; most of them (80.4%) prefer not to get involved in controversies. For those deputies in the first group, the main motivation is to make counterpoints with their opponents; while in the second group predominates caution and fear of negative repercussions to parliamentarians' image. In addition to the data description, the open answers are used for a deepening qualitative analysis of the data. **Keywords**— Digital Mandate; Digital Policy; Parliamentarians and Social Media; Digital Democracy; Political Controversies.

1 Introdução

O parlamento é uma arena essencialmente discursiva, constituindo um cenário de múltiplas esferas de discussões. Além dos espaços institucionais, como as lideranças partidárias, os gabinetes, comissões temáticas, o plenário e veículos institucionais de comunicação, as mídias sociais passaram a permitir formas personalizadas de constituição de novas arenas virtuais de debates (Barros, 2017).

Antonio Teixeira de Barros é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Brasil), contato: antonio.barros@camara.leg.br.

Cristiane Brum Bernardes é professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Brasil), contato: bernardes@camara.leg.br.

Cristiano Ferri Soares de Faria é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Brasil), contato: cristiano.faria@camara.leg.br.

Elisabete Busanello é pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Brasil), contato: elisabete.busanello@camara.leg.br.

Trata-se de um modelo de interação que foi denominado de *egocasting*, pois reúne formas de produção e disseminação de conteúdos pelos próprios usuários das mídias sociais, sem a necessidade de mediação das mídias convencionais (Rosen, 2008; Barros et al., 2021a). Tal modelo inclui ainda a seleção e reprodução de conteúdos de forma personalizada e customizada, em sintonia com o próprio gosto pessoal e as preferências ideológicas dos usuários. Dessa forma, além da produção de conteúdos próprios, o modelo de *egocasting* permite ainda várias possibilidades para interferir na (re)circulação de informações, causando impactos nos enquadramentos informativos e opinativos. Trata-se da chamada política de narratividades, cuja ênfase está na capacidade expressiva dos atores, mesmo quando são utilizados conteúdos produzidos por terceiros (Passos and Barros, 2009; Barros et al., 2021a).

Além de visibilidade, os parlamentares buscam marcar presença de forma ativa e continuada no debate público, tendo em vista que a expressão de opiniões pessoais e a tomada de posição tornou-se um dos principais meios de atuação na política da atualidade, na chamada *democracia discursiva* (Mendonça et al., 2014). Com as mídias sociais, a tomada de posição tornou-se mais visível, além de permitir a personalização e individualização das estratégias argumentativas, conforme o tema e o contexto. Apesar da relevância recente do modelo de *egocasting* alguns estudos apontam a predominância do estilo de *broadcasting* na comunicação parlamentar nas mídias sociais, especialmente na época de campanhas eleitorais. Um exemplo é o estudo de Bright et al. Bright et al. (2020) sobre o uso do *Twitter* durante as campanhas eleitorais no Reino Unido em 2017. Segundo os autores predominou o uso da rede digital mencionada para a (re)transmissão de conteúdos, no estilo *broadcasting*. Daí se depreende que os dois modelos coexistem nas mídias sociais na atualidade, isto é, pode haver uso das mídias sociais conforme as duas lógicas, de forma complementar, ou seja, o *broadcasting* combinado com o *egocasting*. No Brasil, entretanto, pesquisas recentes apontam para o predomínio do último estilo, mesmo sem descartar o uso do primeiro (Barros et al., 2021a,b).

A partir desse cenário mais amplo, o artigo tem como objetivo analisar as motivações dos deputados federais brasileiros para a expressão de opiniões polêmicas e a participação em debates políticos sobre temas controversos nas mídias sociais. O estudo é baseado em dados obtidos por meio de um questionário eletrônico respondido pelos assessores dos gabinetes parlamentares que fazem a gestão das mídias sociais. Tal opção metodológica quanto à seleção dos informantes se justifica porque são os referidos assessores que lidam diariamente com as estratégias de comunicação digital dos gabinetes dos 513 deputados. Embora sigam as diretrizes dos parlamentares, são essas equipes que se responsabilizam cotidianamente pela produção de conteúdos, pelas postagens e pela interação com os cidadãos que se manifestam nos perfis pessoais dos deputados. No caso da participação ou não nos debates polêmicos, a decisão de participar ou não é dos próprios parlamentares, porém são os assessores que atuam como protagonistas nas discussões e como moderadores nos debates, priorizando os recortes e enquadramentos discursivos de interesse de cada parlamentar.

São incluídas no estudo as seguintes plataformas de mídias sociais: *Facebook*, *Instagram*, *YouTube*, *Twitter*, *WhatsApp*, *Telegram* e *LinkedIn*. A amostragem é composta por 155 informantes, o que corresponde a 30,21% do total dos 513 gabinetes parlamentares da 56ª Legislatura (2019-2022). A coleta de dados foi realizada no período de fevereiro e março de 2020, antes do início da pandemia de Covid-19. O contato com os informantes se deu por e-mail e por telefone para explicar os objetivos da pesquisa e obter o consentimento para a resposta ao questionário eletrônico. Vale frisar que não foram utilizados dados retirados de postagens em plataformas de mídias sociais. O escopo desta pesquisa está focado nas respostas obtidas por meio do referido questionário. Antes da análise dos dados apresentamos uma breve abordagem teórica sobre a relação entre controvérsias, política e mídias sociais.

2 Controvérsias, política parlamentar e mídias sociais

Controvérsias, polêmicas e dissensos são inerentes à pluralidade política e aos regimes democráticos, ainda que boa parte da literatura de Teoria Política contemporânea—especialmente os autores alinhados a Habermas e Rawls—aposte na busca do consenso como o objetivo principal da ação política (Miguel, 2017). A busca de consensos se dá principalmente nos espaços deliberativos da política, a exemplo dos debates que precedem a tomada de decisões por órgãos colegiados, como as audiências públicas e assembleias. Em termos deliberativos, a lógica seria a busca do amadurecimento do debate em torno de temas polêmicos que exigem a exposição e apreciação de argumentos favoráveis e contrários às propostas legislativas em discussão, como costuma ocorrer nas sessões realizadas pelas comissões temáticas dos parlamentos (Mendonça et al., 2014).

No âmbito dos discursos políticos, controvérsias e polêmicas são entendidas como modalidades de disputas retóricas entre adversários na forma de dramas políticos em torno da definição de verdades hermenêuticas. Tais “verdades” são entendidas como interpretações particulares a partir de fatos, decisões ou declarações (Barros and Lemos, 2018) Isso significa que os atores políticos em disputa na arena eleitoral e demais espaços de debate público tentam chamar atenção para as narrativas que expressam o ponto de vista de seus partidos e/ou grupos políticos, apresentando seus argumentos como “verdadeiros”, enquanto desqualificam as teses adversárias e questionam sua validade e legitimidade. Dessa forma, as polêmicas políticas revelam as visões de mundo dos atores adversários na busca de visibilidade de seus argumentos e opiniões. O propósito é conquistar reconhecimento público e legitimidade política, a exemplo das teses políticas polarizadas em determinados contextos de disputas retóricas, como ocorre nas redes digitais (Amossy, 2017; Barros and Martins, 2017; Giumbelli, 2019).

As polêmicas são respaldadas pelas lógicas adversárias e pela exploração de possíveis aspectos contraditórios nos discursos dos opositores. Acentua-se, portanto, a polarização entre teses políticas e visões de mundo em disputas, a exemplo das posições extremadas entre direita e esquerda (Lima, 2010). Assim, convém salientar que as polêmicas e controvérsias são utilizadas de forma diferenciada, conforme o alinhamento ideológico dos atores políticos em disputa e os antagonismos decorrentes das contendas discursivas (Barros and Lemos, 2018).

Se o antagonismo político é uma “manifestação da resistência aos padrões de dominação vigentes na sociedade” (Miguel, 2017, 33), como indica o autor, o conflito se torna uma dimensão essencial das retóricas políticas, como também ressalta (Mouffe, 2015), ao analisar o argumento liberal sobre o antagonismo na política:

”Os teóricos liberais são incapazes de reconhecer não apenas a realidade fundamental da discórdia na vida social e a impossibilidade de encontrar soluções imparciais e racionais para os problemas políticos, mas também o papel integrativo que o conflito desempenha na democracia moderna...”(Mouffe, 2015, 738)

O pressuposto é que as visões e identidades políticas se constituem a partir de relações de diferença ou oposição entre atores e grupos políticos, numa organização do mundo social que distingue entre “nós” e “eles”, os “amigos” e “inimigos”. Assim, as divergências mobilizam mais os atores políticos do que as concordâncias, além de “serem profícuas para promover o debate público e revelar as visões de mundo e as disputas simbólicas envolvidas nos debates” (Barros, 2017, 97). Giumbelli (2019) complementa que as controvérsias expressam aspectos relevantes da cultura política, ao colocarem em evidência questões públicas e as dimensões morais nelas envolvidas, servindo para a constituição das identidades políticas.

Desse modo, o debate público gerado a partir de tais polêmicas torna-se uma expressão da discursividade pública e um importante mecanismo para o entendimento da própria configuração da sociedade

e de seu sistema político. Afinal, as controvérsias do campo político são tornadas visíveis ao público de forma similar a um drama que revela as virtudes e as mazelas do referido campo, além de expressar a identidade, os valores e os interesses dos atores políticos envolvidos, explicitando os conflitos, as disputas e as competições em torno de seus regimes de verdade.

As polêmicas e controvérsias políticas funcionam, portanto, para o exercício do *poder ideológico*, definido por Bobbio (1997) como um tipo específico de poder exercido pela capacidade argumentativa e persuasiva dos atores, por meio da “produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.” (Bobbio, 1997, 11)¹. Pierre Bourdieu, por sua vez, adota a denominação de poder simbólico, uma vez que a força está no capital simbólico, isto é, no poder de produzir crenças, de fazer crer, resultando em visões de mundo que se estabelecem como dominantes e hegemônicas (Bourdieu, 1989). Além disso, as controvérsias revelam as lógicas de ação e as estratégias políticas e discursivas dos atores (Boltanski, 2014; Thévenot, 2014; Giumbelli, 2019). Um exemplo são as narrativas de conotação moral que embasam as lutas discursivas e as disputas de narrativas, no formato de contos morais (Durão e Coelho 2014) ou de guerras culturais (Hunter, 1991; Souza and Azevedo, 2018).

Existe uma vasta literatura que trata as controvérsias e polêmicas como dispositivos sociais para a construção de causas públicas (Hunter, 1991; Smadja, 2012; Aykut, 2015; Barthe et al., 2016; Cefai, 2016; Raynaud, 2018). Tais estudos ressaltam várias dimensões positivas dos debates públicos permeados por múltiplas visões e perspectivas divergentes. Destaca-se o princípio do pluralismo democrático, o qual serve de base para a livre expressão de opiniões, com o objetivo de ampliar a capacidade de reflexividade dos atores políticos envolvidos na discussão coletiva (Corrêa, 2014; Badouard and Mabi, 2015; Meyer, 2015; Campos, 2016). Isso contribui para a formação de comunidades críticas, que são fundamentais para fortalecer o debate democrático (Le Marec and Babou, 2015; Corcuff, 2017). Afinal, o desenvolvimento das capacidades críticas constitui uma competência fundamental para a atuação cidadã em um mundo cada vez mais plural e multicultural (Thévenot, 2014; Boltanski, 2016; Luhtakallio and Thévenot, 2018; Wood and Allen, 2020).

O desenvolvimento de competências críticas e de reflexividade é considerado um recurso civilizatório que pode contribuir para a regulação da agenda e das atividades políticas e promover formas racionais de participação social (Commaille and Jobert, 2019). Outros estudos apontam o incremento dos modos de solidariedade civil e apoio a políticas de inclusão social (Vandevoordt and Verschraegen, 2019), além de estimular a emancipação cidadã, no sentido de propiciar esclarecimento público para guiar a tomada de decisão política dos indivíduos no cotidiano (Boltanski, 2012, 2014; Tiilikainen, 2019).

Outro argumento recorrente na literatura é o de que as polêmicas e controvérsias são inerentes ao jogo político e aos regimes democráticos, ainda mais quando se trata das estratégias e disputas narrativas que fazem parte da competição eleitoral (Hunter, 1991; Aldrin et al., 2017). Dessa forma, os jogos retóricos e os interplay discursivos usados nas lutas discursivas não seriam um problema em si, desde que sejam usados de forma civilizada. A questão que se impõe está nas formas e nos usos desses dispositivos, especialmente na associação que os atores fazem entre valores e afetos (Barros and Lemos, 2018; Sell, 2018).

Valores políticos são entendidos como “princípios morais e ideológicos que influenciam o comportamento humano”. Além disso, tais princípios podem interferir “na constituição cognitiva e moral das percepções e juízos que orientam as ações humanas, incluindo os relacionamentos interpessoais, intra e intergrupais e com as instituições sociais e políticas” (Barros, 2017, 269). Os afetos, por sua vez, são incorporados às controvérsias como estratégias argumentativas, a fim de reforçar a estreita relação entre emoções e política. Os repertórios afetivos são utilizados para expressar ódio, indignação, raiva, decepção, satisfação, contentamento, medo entre outros sentimentos (Safatle, 2016; Pavesi and Valentin, 2019).

¹ Ao examinar a obra de Bobbio, Botelho (2004) afirma que o poder ideológico se diferencia do poder econômico (riqueza) e do poder político (monopólio do uso da força), o que também se aplica à definição de poder simbólico de Bourdieu.

As mídias sociais amplificaram os espaços de discussão, intensificando, conseqüentemente, as polêmicas e controvérsias políticas, envoltas em certas ordens de valores e circuitos de afetos. Opiniões, declarações e pontos de vista de parlamentares que causam impactos na opinião pública são quase instantaneamente reproduzidos e comentados por milhares de seguidores e opositores no ambiente digital. Além disso, também há ampla repercussão nos veículos de mídia de grande alcance de público, como canais de TV e portais de notícias. Tudo isso leva ao que (Amossy, 2014, 2017) denomina de *apologia da polêmica*. A autora reconhece a importância dos debates polêmicos e das disputas de narrativas como algo inerente ao pluralismo agonístico dos regimes democráticos. Assim, os debates polêmicos contribuem para colocar opiniões contrárias e antagônicas em evidência e permitir que diversos atores políticos tenham voz e oportunidade para expressá-las nas diversas arenas da esfera pública virtual.

Entretanto, segundo sua análise, desenvolveu-se uma cultura midiática de abordar os temas considerados controversos sob a perspectiva sensacionalista, focada nos afetos e nas emoções. É, portanto, nesse sentido, que a autora afirma que existe uma cultura midiática que fomenta a apologia das polêmicas. Convém ressaltar que no ambiente virtual tal fenômeno tornou-se ainda mais intenso, mobilizando opiniões apaixonadas dos interagentes. Dessa forma, a polêmica passou a ser vista como um antagonismo de discursos políticos, especialmente em conjunturas críticas, marcadas por visões polarizadas sobre a política, os partidos e a tomada de posição dos atores políticos, a exemplo dos parlamentares.

Como consequência das discussões eivadas de paixões e afetos nas mídias sociais destaca-se o que a autora denomina de *flaming*, ou seja, quando o debate virtual se torna tão apaixonado que se compara a uma grande ‘fogueira discursiva’. Tal fenômeno resulta dos confrontos entre argumentos violentos, caracterizados pela impolidez, incivilidade e vandalismo interacional (palavrões, xingamentos, agressões e violência verbal), algo que Hunter (1991) já identifica nas estratégias partidárias usadas nos Estados Unidos desde a década de 1960. O *flaming* constitui, portanto, um conjunto de estratégias discursivas ‘incendiárias’, com o objetivo de desqualificar as opiniões dos adversários, com críticas pessoais aos opositores, ataques ferozes à sua honra, insultos, ameaças e mensagens hostis, agressivas e provocadoras. Dessa forma, os ambientes virtuais de discussão política são transformados em arenas de ‘gladiadores verbais’, numa permanente guerra de narrativas ou *guerra cultural* (Hunter, 1991; Souza and Azevedo, 2018). Até notícias falsas sobre os adversários (*fake news*) são utilizadas como estratégia de guerrilha retórica virtual.

Associado ao *flaming* está outro fenômeno complementar de vandalismo interacional nas mídias sociais denominado de *firehosing of falsehoods* (que pode ser traduzido como uma “mangueira de incêndio de falsidades”). Vários estudos caracterizam o *firehosing* como um conjunto de estratégias para promover propaganda negativa e falsa contra os adversários e opositores, inclusive com o uso de robôs e algoritmos para impulsionar conteúdos com elevado potencial de prejudicar a honra pessoal e a imagem pública dos atores políticos escolhidos como alvo de detração pública de forma continuada e sistemática (Paul and Matthews, 2016; Soares et al., 2019; Castro, 2020).

Interessante lembrar que antes mesmo da disseminação da internet, Hunter identifica a estratégia de desacreditar os adversários - especialmente caracterizando-os como extremistas -, como uma das principais formas de embate político eleitoral (Hunter, 1991, 136). Mais recentemente, poderíamos analisar o uso de *fake news* com finalidades eleitorais, apontando ainda para a percepção do público sobre a “autenticidade e legitimidade política na mentira” (McGranahan, 2017, 246), especialmente por aqueles que não se sentem representados nos sistemas políticos contemporâneos (Hahl et al., 2018).

A intensificação de paixões e emoções no debate político virtual leva ao fenômeno da *patemização*, ou seja, a primazia do *pathos* nas formas de argumentação nas redes sociais (Brito e de Oliveira 2018; Gil 2019). Segundo Charaudeau e Ioannou (2017), os discursos políticos são caracterizados pela combinação de três elementos: *ethos* (a imagem de si), *logos* (razão) e *pathos* (emoção), os quais, em tese, deveriam ser usados de forma balanceada, conforme a situação e o contexto. A *patemização* ocorre quando há uma exarcebação do uso de paixões, afetos e emoções, a exemplo do *flaming* e do *firehosing*, resultando na associação entre *pathos* e tecnopolíticas (D’Andréa, 2014).

Tabela 1: Perfil por região geográfica e sexo

Região geográfica	Quantidade	Porcentagem
Norte	15	9.68
Centro-Oeste	16	10.32
Nordeste	51	32.90
Sul	26	16.77
Sudeste	47	30.32
Subtotal	155	100

Sexo	Quantidade	Porcentagem
Masculino	132	64.35
Feminino	23	35.65
Subtotal	155	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 2: Perfil por partido

Partido	Quantidade de senadores
PSDB	17
PSL	16
MDB	15
DEM	15
PT	14
PSB	14
PP	11
PSD	10
PL	6
PTB	4
PDT	3
PODE	3
PSC	3
NOVO	3
REPUBLICANOS	2
SOLIDARIEDADE	2
PSOL	2
PROS	2
CIDADANIA	2
AVANTE	2
PATRIOTA	2
PV	2
PMN	2
REDE	2
PCdoB	1
Total	155

Fonte: Elaboração própria, 2021.

3 Descrição e análise dos dados

Os dados coletados serão apresentados em três partes. Na primeira, um panorama geral do perfil dos parlamentares que fazem parte da pesquisa e os dados mais gerais sobre suas preferências pelas plataformas de mídias sociais. Na segunda parte, são detalhados os dados quantitativos sobre as estratégias específicas relacionadas à atuação em debates sobre temas polêmicos e controversos. Por fim, apresenta-se a análise qualitativa, com base nas respostas abertas dos informantes.

3.1 Perfil pessoal e de uso das redes sociais

A descrição e a análise dos dados coletados para esta pesquisa iniciam com as informações relativas ao perfil dos parlamentares, incluindo região geográfica, sexo (Tabela 1) e os partidos deles (Tabela 2).

Convém salientar que todos os informantes afirmaram que os parlamentares usam variadas redes digitais, sendo que a maioria adota estratégias específicas para cada uma delas (66,2%). Isso, muito provavelmente, é uma forma de ampliar o alcance das publicações e atingir os variados públicos com os quais os parlamentares se conectam cotidianamente e que utilizam diferentes plataformas, com diferentes objetivos comunicativos, como mostra o fato de haver tantos níveis de prioridade para variadas plataformas.

Assim, a estratégia de multirredes garante que o parlamentar se comunique com diferentes grupos de eleitores em cada uma das plataformas, com especial ênfase para as mídias sociais nas quais os produtos audiovisuais recebem um destaque maior. A Figura 1 mostra que *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* são plataformas altamente prioritárias para a maioria dos gabinetes, enquanto *Twitter* e *WhatsApp* recebem menos atenção comparativamente. No outro extremo, *LinkedIn* e *Telegram* são as mídias sociais menos priorizadas para a maioria dos gabinetes, refletindo em parte o seu menor alcance junto à população brasileira.

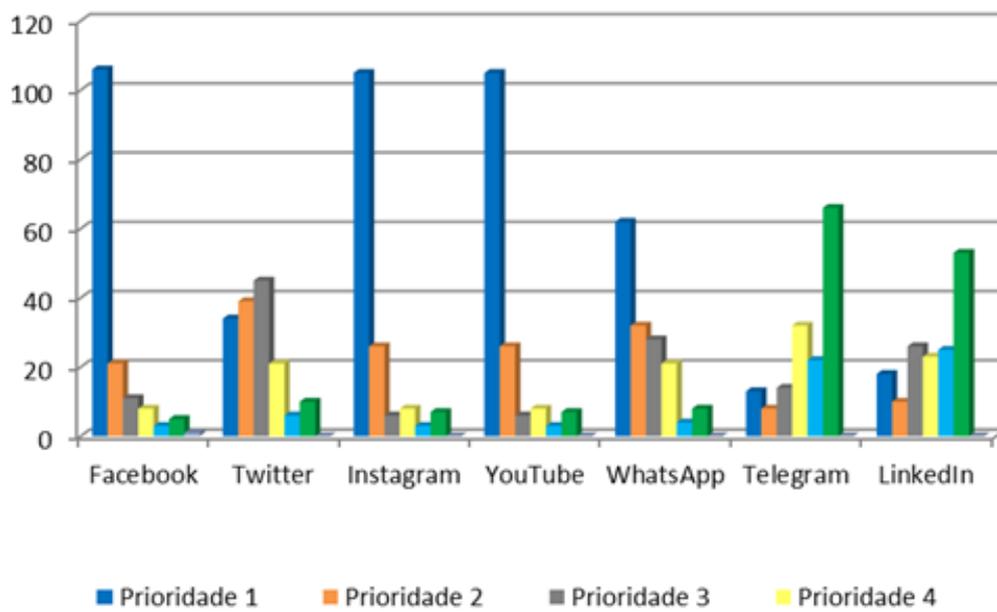
A maioria dos gabinetes parlamentares conta com assessorias especializadas para o trabalho diário de postagem de conteúdos e monitoramento das reações dos seguidores dos perfis parlamentares nas mídias sociais. Porém, em alguns casos apenas um profissional é responsável por todas essas tarefas, mostrando que as atividades ainda estão sendo estruturadas e que pode ser essa a explicação para o fato de que alguns parlamentares compartilham exatamente o mesmo conteúdo em diferentes plataformas. Mesmo assim, no geral, as equipes atualizam as redes digitais dos parlamentares com elevada frequência. Segundo 37,1% dos informantes, os conteúdos são atualizados três vezes ao dia, enquanto 17,9% fazem atualizações duas vezes ao dia e 14,6% mais de cinco vezes ao dia.

Tabela 3: O parlamentar gosta de participar de discussões polêmicas pelas mídias sociais?

Respostas	Quantidade	Porcentagem
Não	125	80.4
Sim	30	19.6
Total	155	100

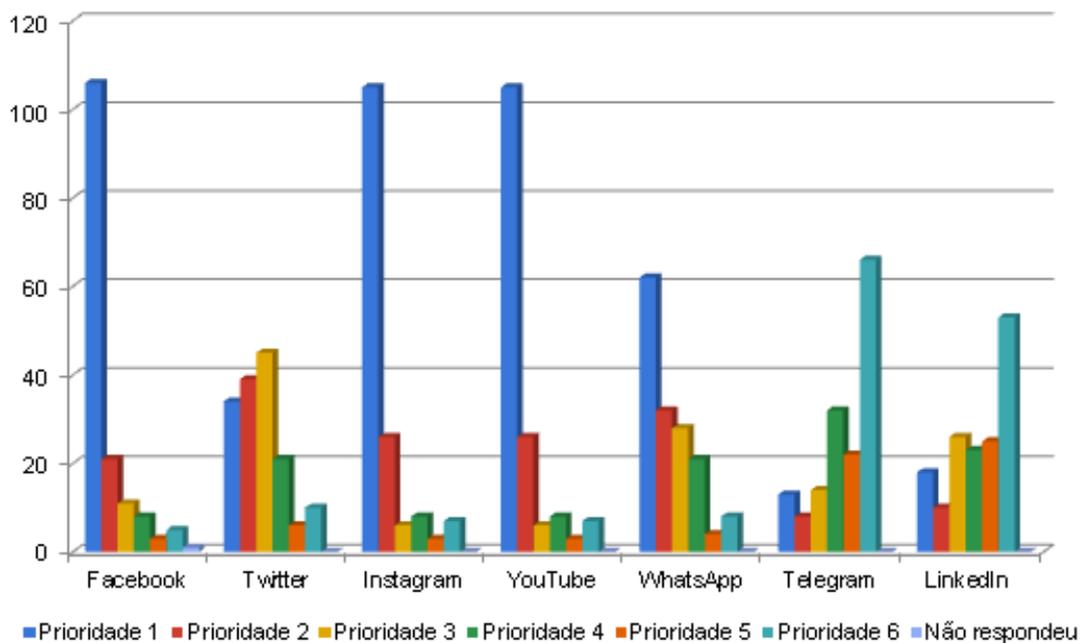
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Figura 1: Redes digitais priorizadas pelos parlamentares



Fonte: Elaboração própria, 2021

Figura 2: Redes digitais preferidas pelos parlamentares para expressão de opiniões políticas



Fonte: Elaboração própria, 2021

3.2 Envolvimento em polêmicas nas mídias sociais

Os dados mostram que mais de 80% dos parlamentares preferem não se envolver no debate de assuntos polêmicos em suas postagens nas mídias sociais, conforme as informações trazidas na Tabela 3. É cabível esclarecer que não houve uma definição prévia ou delimitação dos conteúdos referentes a questões polêmicas na época da pesquisa. Coube aos assessores parlamentares responderem se o parlamentar gosta ou não de participar de debates polêmicos em redes sociais, segundo o que tais assessores imaginam serem esses temas polêmicos. E quais seriam as razões porque os parlamentares participam ou não desses debates.

Apesar do grande número de parlamentares que não tomam parte nas polêmicas, convém ressaltar o expressivo uso das mídias sociais para a expressão de opiniões. Entre os conteúdos mais relevantes, a manifestação de opinião é priorizada por 74% dos informantes, aparecendo em quarto lugar nas preferências parlamentares, conforme a sequência: (1) divulgação de assuntos relacionados ao estado/região do parlamentar (90%); (2) divulgação sobre a atuação parlamentar (86,6%); (3) divulgação da agenda diária do deputado (86%); (4) opinião sobre temas políticos (74%); (5) noticiário político (72%); (6) pauta do Congresso nacional (59,3%).

Embora a expressão de opiniões seja relevante, observa-se, portanto, que predominam os tópicos relacionados diretamente à atuação pessoal do parlamentar, voltados para a conexão eleitoral e para a constituição de uma identidade política compartilhada com seus eleitores e apoiadores, como os assuntos que interessam às suas bases eleitorais, a prestação de contas sobre a atuação parlamentar dentro e fora do Congresso Nacional e a divulgação de sua agenda diária de trabalho. A expressão de opiniões sobre os fatos políticos e os temas em discussão na agenda pública é, portanto, mais um item dentro da estratégia de tomada de posição, descrita por Mayhew (2004).

Esses dados reforçam os diagnósticos já existentes na literatura em termos de individualização² das formas sociais e políticas, de desinstitucionalização e despartidarização da ação política (Bene, 2017; Barros and Carreiro, 2015; Edgerly et al., 2016; Barros, 2017).³ No caso da política parlamentar isso significa que cada deputado age de forma personalizada e individualizada, como se tivesse o propósito de tornar o seu nome uma marca política, desvinculada da instituição (parlamento) e do partido. Seguindo tais lógicas, cada perfil parlamentar nas mídias sociais atua como se fosse um veículo pessoal, voltado para reforçar a atuação individualizada de cada deputado com seus interagentes e seguidores (Barros et al., 2021a). A personalização da comunicação política dos mandatos parlamentares faz todo o sentido em um sistema eleitoral plurinominal de lista aberta como o brasileiro, onde os candidatos competem com os colegas do próprio partido ou coligação pelas cadeiras disponíveis. Em outros termos, o próprio sistema eleitoral estimula essa ação individualizada.

Prosseguindo na análise, a Figura 2 mostra quais são as redes preferidas pelos parlamentares para essa expressão de opiniões. Os dados mostram que uma estratégia de postagens complementares é utilizada pelos gabinetes, enfatizando *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, plataformas que estão entre as mais populares no Brasil, juntamente com o *WhatsApp*.⁴ Por seu caráter opaco e privado, uma

2 Convém ressaltar que o conceito de individualização não se confunde com individualismo. Enquanto o individualismo enfraquece os laços de solidariedade social, a individualização reforça o poder de agência do sujeito, o qual passa a ser visto como um analista competente da sua existência. Isso implica o compartilhamento de subjetividades e não a existência de individualidades insuladas. Trata-se de um fenômeno típico do processo civilizatório, a fim de atender à diferenciação das necessidades e demandas sociais (Elias, 1987; Bauman, 2008; Barros et al., 2021a).

3 Essas tendências já haviam sido analisadas no plano sociológico bem antes da emergência das mídias sociais por autores como Elias (1987); Dubet (1998), Lahire (2005), Bauman (2008), Touraine (2009) entre outros autores.

4 Segundo a pesquisa *Global Statshot Report*, publicada em julho de 2020, há 3,96 bilhões de usuários das plataformas de mídias sociais, ou 51% da população mundial. No Brasil, o índice chega a 66% da população, ou 138,6 milhões de pessoas. No Brasil, o *YouTube* alcança 95% dos usuários de internet, ou 131,67 milhões de brasileiros, enquanto o *Facebook* tem 130 milhões de usuários. O *Instagram* alcança 91 milhões de brasileiros, o *LinkedIn* tem 43 milhões e o *Twitter* 15,7 milhões de usuários ativos. Os resultados estão disponíveis em: <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2020-july-global-statshot-report-july-2020-v01>. Em relação ao Brasil, também chama a atenção a disseminação dos aplicativos de envio de mensagens, tais como *WhatsApp* e *Telegram*, que já constituem a principal forma de acesso

vez que as conversas não são tornadas públicas, o *WhatsApp* não é usado com tanta intensidade para disseminação das opiniões do parlamentar sobre assuntos políticos.

Nesse sentido, a tomada de posição precisa ser feita nas arenas públicas, onde haja visibilidade para os posicionamentos do parlamentar. Além disso, sabemos que as plataformas são usadas de forma complementar, ou seja, é muito provável que os vídeos postados no *YouTube* sejam posteriormente compartilhados com determinados grupos no *WhatsApp*, ainda que a prioridade seja a publicação nas mídias sociais que permitem a visualização desses conteúdos pelo grande público.

Interessante mencionar ainda que a forma preferida para a expressão de opiniões é por meio de vídeos (90%), seguida de textos escritos (72%), *podcasts* (70%), *lives* (67,3%), *memes* (46%), *emojis* (43,3%) e *gifs* (30,6%). Isso está de acordo com as observações feitas acima, uma vez que *YouTube*, *Instagram* e *Facebook* estão entre as plataformas mais utilizadas pelos brasileiros e seus recursos técnicos privilegiam as postagens em formatos audiovisuais, também bastante populares no Brasil (Barros et al., 2021a).

3.3 Análise qualitativa

Retomando a questão central aqui analisada, ou seja, a atuação no debate público de natureza polêmica, as respostas abertas dos informantes são úteis para uma análise mais compreensiva sobre as razões que levam os parlamentares a atuar ou não nas controvérsias políticas por meio das mídias sociais. Convém salientar que no questionário utilizado, as respostas abertas constavam como espaço para os assessores relatarem livremente suas impressões sobre os tópicos questionados. Do total de 155 respondentes, 96 responderam pelo menos a uma das questões abertas, o que corresponde a 61,93% da amostra. As respostas abertas contribuíram para aprofundar a análise, pela via qualitativa, complementando a descrição dos dados quantitativos expostos no item anterior.

O uso de relatos e narrativas na pesquisa qualitativa em ciências sociais constitui uma vertente robusta, com variadas metodologias e aplicações (Schütze, 2020; Barros, 2022). Nesse contexto, a narrativa é compreendida como “uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares, e não gerais”, que operaram “com a particularidade e não com a generalidade, não são reduzíveis a teorias” (Squire, 2020, 273). Assim, o uso de relatos e narrativas na pesquisa social permite ao pesquisador acessar variadas camadas de informação e significados sobre o mundo vivido dos atores estudados, a partir de suas próprias lentes de interpretação. O foco analítico é a compreensão da perspectiva dos atores estudados em seus espaços de ação, interação e relação social (Benevides and Pinheiro, 2018, 184).

A análise de relatos e narrativas proporciona a reflexividade dos atores pesquisados em termos pessoais, interpessoais, institucionais, pragmáticos, emocionais e cognitivos, revelando o conhecimento tácito do grupo pesquisado (Mauthener and Doucet, 2003). Tais estudos são de grande valia na pesquisa qualitativa, pois permite retratar e entender as maneiras pelas quais os indivíduos refletem sobre suas experiências e como elaboram os sentidos de suas vivências. Isso se aplica diretamente ao caso em estudo, pois os informantes são os assessores parlamentares responsáveis diretamente pela gestão e produção de conteúdos nos perfis pessoais dos parlamentares nas mídias sociais.

No caso dos deputados que optam pela participação nos debates polêmicos, a polarização ideológica aparece como a justificativa mais importante para tal opção. Cabe salientar que a mesma justificativa é apresentada tanto pelos deputados de direita e extrema-direita, quanto daqueles da esquerda e da extrema-esquerda. Uma informação que contribui para a contextualização desses dados é que a pesquisa foi realizada durante a gestão de um governo de extrema-direita, o que explica o apoio dos segmentos direitistas ao Presidente Jair Bolsonaro. Assim, as polêmicas se estabeleceram em torno dos apoiadores e dos opositores ao governo, cada segmento com suas razões específicas.

digital a notícias. Em 2019, o *WhatsApp* já era usado por 89% dos usuários de internet no Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa> e em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>

No caso dos apoiadores, entre os argumentos mais citados pelos assessores para a atuação do parlamentar nos conflitos na esfera digital estão motivações relacionadas à demarcação de uma suposta identidade política homogênea de apoio ao governo. Em especial, destacam-se os seguintes:

- *Necessidade de fortalecer os posicionamentos de direita contra apoiadores de partido de esquerda, a fim de mostrar que o governo conta com apoiadores ativos e destemidos;*
- *Fazer contrapontos com os adversários da esquerda que criticam todas as ações e propostas do governo;*
- *Causar repercussão positiva nas redes a favor do governo; e,*
- *Mostrar que existem parlamentares dispostos a falar de forma destemida a favor do atual governo.*

Já no caso dos integrantes da oposição, os argumentos são pautados pela contestação das ações do governo de Jair Bolsonaro e desqualificação de seus partidários e apoiadores e pela defesa de minorias:

- *É preciso se posicionar contra os desmandos desse des-governo autoritário e incompetente;*
- *A esquerda precisa usar o seu discurso nas mídias sociais para mostrar ao povo que existe oposição ativa a um governo que só prejudica o povo;*
- *- Precisamos apoiar as causas das minorias que esse governo ignora, a fim de fortalecer o discurso de defesa dos direitos humanos;*
- *Temos que criticar e mostrar os erros e incoerências dos ministros incompetentes do atual governo e de seus apoiadores; e,*
- *É necessário persuadir os cidadãos que usam as redes digitais para mostrar os equívocos de quem votou e de quem apoia e defende esse governo fascista.*

Observa-se que a atuação dos parlamentares nas polêmicas e controvérsias se dá na forma de conflito discursivo polarizado, o qual se estabelece em torno das disputas retóricas acerca de uma “verdade” política que se pretende estabelecer como hegemônica, muito comum na lógica de funcionamento das mídias sociais, aliás, com suas curtidas e expressões de sentimentos. Mouffe (2005) destaca a característica de conflito permanente da democracia agonística, quando os adversários disputam a hegemonia da interpretação de um conjunto de valores políticos e princípios éticos que devem orientar o exercício da política, criando identidades que sempre levam em conta o posicionamento dos outros grupos. Nessa perspectiva, a noção de adversário é fundamental, mas se diferencia da ideia de “inimigo” conforme definida por Schmitt (2007):

“Vislumbrada a partir da óptica do ‘pluralismo agonístico’, o propósito da política democrática é construir o ‘eles’ de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias

não é colocado em questão (...) Um adversário é um inimigo, mas um inimigo legítimo, com quem temos alguma base comum, em virtude de termos uma adesão compartilhada aos princípios ético-políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade...” (Mouffe, 2015, 174)

Nem sempre, porém, o debate travado nas redes sociais segue os termos “agonísticos” de Mouffe. É comum a utilização de linguagem bélica e a expressão de sentimentos exacerbados em relação aos opositores, tratados discursivamente como inimigos a serem combatidos e eliminados, muitas vezes. As próprias expressões usadas pelos assessores – “destemor”, “incompetência”, “repercussão”, “fascismo”, etc. – revelam que a ação política no contexto brasileiro está sendo balizada pela exacerbção da polarização ideológica entre direita e esquerda, levando parlamentares favoráveis e contrários ao governo a um debate que muitas vezes resvala para embates abertamente polarizados. Isso mantém o ambiente discursivo propício ao clima permanente de polêmicas e controvérsias (Amossy, 2017).

No caso dos parlamentares que apoiam e defendem o governo Bolsonaro percebe-se o predomínio do uso de estratégias retóricas de sustentação, reforço e exaltação das opiniões defendidas pelo seu grupo político, com desvalorização das opiniões contrárias. A sustentação é uma das principais formas de argumentação na política, pois consiste na defesa de um argumento ou ponto de vista. Para tanto, utiliza-se um conjunto de estratégias verbais “que permitem controlar o logos, que é, ao mesmo tempo, palavra e razão, para debater assuntos controversos, buscando conquistar a adesão do auditório” (Amossy, 2017, 229). Segundo a autora, a sustentação põe em relevo o poder de agência do sujeito falante, que atua como um articulador das ideias que defende e difunde.

Trata-se de um discurso direcionado para os adeptos ou partidários de uma determinada corrente ideológica, como tática de avivamento da memória discursiva, em um jogo retórico que consiste em gerenciar razão e emoção (*logos e pathos*), como se fosse uma ‘pregação aos convertidos’, cujo objetivo é manter a fidelidade ideológica do grupo. A principal estratégia discursiva é o alinhamento de pontos de vista e a rememoração dos princípios éticos, morais e doutrinários que sustentam aquela *comunidade de pensamento* (Abreu and Leite, 2016). Em suma, a sustentação, do ponto de vista argumentativo “é a instância dos já ditos” e suas formas de reiteração (Orlandi, 1998, 77).

Outra característica dos discursos de sustentação é a superestimação, entendida como uma construção positiva do orador, com o propósito de fixar uma imagem favorável de si e de seu grupo (*ethos*). Nessa operação são ressaltados e supervalorizados aspectos favoráveis, enquanto eventuais pontos negativos e críticos são ocultados, dissimulados ou diminuídos e relativizados (Fantinati, 1990; Charalambous and Ioannou, 2017). É isso que fazem os parlamentares de direita e extrema-direita quando engrandecem atributos políticos que estão em consonância com suas convicções ideológicas. Nesse sentido, eles buscam “legitimar uma visão particular de identidade nacional” (Hunter, 1991, 136) e articulam seus ideais sobre como “as coisas deveriam ser”.

Por outro lado, analisando as estratégias retóricas dos deputados de esquerda, a desqualificação é considerada uma das principais modalidades de discurso político, tendo em vista que a ação política requer um adversário ou inimigo a ser combatido (Hunter, 1991; Schmitt, 2007). Charalambous and Ioannou (2017) ressalta que o sujeito político busca rejeitar os valores preconizados por seu adversário, demonstrando as fraquezas e defeitos de seu opositor, desacreditando as perspectivas contrárias às suas. As formas de desqualificação são variadas, como “a utilização de expressões, comentários e falas que direta ou indiretamente, atribuem juízos de valor e julgamentos ao adversário” (Panke, 2012, 10), ou estratégias de “ridicularização pública, escárnio ou insulto” (Hunter, 1991, 136) contra aqueles que detêm posições ideológicas e morais divergentes.

Quanto aos parlamentares que preferem não se envolver no debate sobre questões polêmicas nas mídias sociais, as principais justificativas são a cautela, o receio de repercussão negativa e inesperienza política, no caso de deputados que estão exercendo o primeiro mandato. Eis uma síntese dos principais argumentos extraídos das respostas abertas ao questionário:

- *O parlamentar é muito cauteloso em relação a polêmicas. Por isso ele prefere não se envolver em discussões polêmicas;*
- *Até que o partido se posicione, o parlamentar prefere não entrar em questões polêmicas;*
- *O deputado sempre teve uma postura cautelosa com temas polêmicos;*
- *O parlamentar evita assuntos polêmicos para não receber críticas; e,*
- *Está no primeiro mandato. Ainda prefere observar mais e não participar.*

Nesse sentido, parece haver uma preocupação das assessorias de mídias sociais dos gabinetes parlamentares com a repercussão que as polêmicas obtêm nas mídias sociais e o fato de serem oportunidades para a atração de críticas exacerbadas e personalizadas, especialmente em um cenário contemporâneo em que aumentam os casos de ameaças, agressões, abusos, xingamentos, *trolling*⁵ e discurso violento direcionado aos parlamentares, conforme mostram pesquisas em vários países (Akhtar and Morrison, 2019; Greenwood et al., 2019; Krook and Sanín, 2020; Ward and McLoughlin, 2020; Beltran et al., 2021).

4 Considerações Finais

A partir dos dados analisados, percebe-se que a maioria dos parlamentares (80%) evita participar das discussões polêmicas nas mídias sociais. Entre aqueles que se engajam nos conflitos digitais, estão os defensores do governo e os opositores, que provavelmente são os detentores das opiniões mais polarizadas também fora das redes digitais. Nesse sentido, as mídias sociais servem como holofotes para os argumentos de crítica aos grupos contrários, geralmente caracterizados como extremistas (Hunter, 1991), e que servem para a delimitação ideológica e identitária do próprio grupo ao qual os parlamentares se filiam, numa lógica conflitiva que é definidora da prática política (Mouffe, 2005; Schmitt, 2007; Miguel, 2017).

As estratégias de comunicação política digital adotadas pelos deputados federais brasileiros estão em conformidade com a lógica da disputa política já apontada pela literatura (Hunter, 1991; Panke, 2012) e consistem, principalmente, no uso das plataformas para disseminação de opinião sobre fatos e questões políticas que estão na agenda pública. Além disso, percebe-se uma clara estratégia de complementaridade no uso das plataformas, com conteúdos produzidos que podem ser reaproveitados e reformatados para distribuição paralela em várias mídias sociais. Outra característica dessa produção opinativa é a ênfase no formato audiovisual (*vídeos, lives, podcasts, memes*) das postagens.

As estratégias de parlamentares proliferadores de narrativas polêmicas ou extremadas nas redes sociais se diferenciam entre aqueles pró-governo Bolsonaro e seus naturais adversários, ou seja, os parlamentares da oposição. Os primeiros procuram reforçar uma identidade política homogênea de apoio ao governo, por meio do fortalecimento de posicionamentos de direita e contraposição a adversários de esquerda. Assim, a estratégia discursiva busca causar repercussão positiva nas redes a favor do governo.

Os parlamentares polemistas de oposição, por outro lado, utilizam as redes para destacar erros, incoerências e incompetências do governo Bolsonaro, além de frisar o seu caráter “autoritário e pre-

⁵ Akhtar e Morrison definem *trolling* como: “experimentar alguma forma de abuso online (postagem de materiais difamatórios ou falsos, abuso racial, sexual ou em termos políticos e/ou religiosos) e alguma forma de comportamento online ameaçador (ameaças de morte, violência física, estupro, violência física contra amigos e familiares, danos reputacionais, danos à propriedade)” (Akhtar and Morrison, 2019, 326).

judicial aos direitos humanos”, conforme expressa um dos informantes. Dessa forma, usam também a polêmica com o objetivo de apoiar e defender causas de grupos minoritários.

A maioria dos parlamentares (80%) não afeitos às narrativas estridentes em redes sociais alegam preferir um comportamento discursivo mais cauteloso, a fim de escudar-se no posicionamento do partido ou por conta do perfil próprio de aversão a discursos contenciosos. Ainda neste grupo, há outros parlamentares que alegam preferir evitar as críticas de comentários nas redes sociais em eventuais opiniões polêmicas. Estudos posteriores poderão trazer mais evidências sobre como as condições pró-governo e oposição corroboram para esse comportamento mais discreto e contido nas plataformas de redes sociais. Além disso, pesquisa futura com monitoramento de conteúdos dessas redes digitais pode ser útil para avaliar se o que foi informado pelos respondentes condiz com o que realmente se posta e se discute nas redes digitais dos deputados federais.

Referências

- Abreu, D. L. d. and J. F. Leite (2016). Protestos de Junho 2013 no Brasil: novos repertórios de confronto. *Revista Polis e Psique* 6(3), 12–35.
- Akhtar, S. and C. M. Morrison (2019). The prevalence and impact of online trolling of UK members of parliament. *Computers in Human Behavior* 99, 322–327.
- Aldrin, P., N. Hubé, C. Desrumaux, F. Greffet, J. Nollet, and S. V. Zambrano (2017). *Controverses & Jeu Politique*. Paris: Association Française de Science Politique.
- Amossy, R. (2014). *Apologie de la polémique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Amossy, R. (2017). Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *Revista Eletrônica de Estudos Intergrados em Discurso e Argumentação* 13(1), 227–244.
- Aykut, S. C. (2015). Analyse des controverses: faut-il encore être symétrique? In G. Arnold and S. Huet (Eds.), *Le journalisme scientifique dans les controverses*, pp. 31–34. Paris: CNRS Editions.
- Badouard, R. and C. Mabi (2015). Controverses et débat public: nouvelles perspectives de recherche. *Hermès* 3, 225–231.
- Barros, A. T., C. B. Bernardes, C. F. S. d. Faria, and E. Busanello (2021a). Do egocasting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. *Contextualizaciones Latinoamericanas* 2(25), 2–17.
- Barros, A. T., C. B. Bernardes, C. F. S. d. Faria, and E. Busanello (2021b). Presença parlamentar nas mídias sociais: a estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos Deputados. *Revista de Informação Legislativa* 58(232), 57–86.
- Barros, A. T. d. (2017). Controvérsias sobre a participação de cientistas sociais em debates legislativos: estudo sobre a Câmara dos Deputados. *Teoria & Sociedade* 25(2), 96–116.
- Barros, A. T. d. (2022). Análise de narrativas e experiências de jovens filiados a partidos políticos. *Sociedade e Cultura* 25, 1–39.
- Barros, A. T. d. and C. R. F. Lemos (2018). Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. *Opinião Pública* 24, 291–327.
- Barros, A. T. d. and L. M. Martins (2017). Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013). *Revista Latitudes* 11(1), 205–254.
- Barros, S. and R. Carreiro (2015). A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook. *Fronteiras* 17(2), 174–185.
- Barthe, Y., C. Rémy, D. Trom, D. Linhardt, D. d. Blic, J.-P. Heurtin, Lagneau, C. M. d. Bellaing, and C. Lemieux (2016). Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologia* 18(41), 84–129.
- Bauman, Z. (2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beltran, J., A. Gallego, A. Huidobro, E. Romero, and L. Padró (2021). Male and female politicians on Twitter: A machine learning approach. *European Journal of Political Research* 60(1), 239–251.
- Bene, M. (2017). Influenced by Peers: Facebook as an Information Source for Young People. *Social Media + Society* 3(2), 20–56.
- Benevides, M. H. C. and C. H. L. Pinheiro (2018). Narrativas e trajetórias: abordagens metodológicas a partir da UNILAB. *Caderno CRH* 31(82), 169–186.
- Bobbio, N. (1997). *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Boltanski, L. (2012). *Love and justice as competences*. Paris: Polity.
- Boltanski, L. (2014). *De la crítica. Compendio de sociología de la emancipación*. Madrid: Akal.
- Boltanski, L. (2016). *Enigmas y Complots: una investigación sobre las investigaciones*. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Botelho, A. (2004). O poder ideológico: Bobbio e os intelectuais. *Lua Nova* 62, 93–111.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Bright, J., S. Hale, B. Ganesh, A. Bolovsky, H. Margetts, and P. Howard (2020). Does Campaigning on Social Media Make a Difference? Evidence from candidate use of Twitter during the 2015 and 2017 UK Elections. *Communication Research* 47(7), 988–1009.
- Campos, L. A. (2016). Qual capacidade crítica? Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer. *Sociedade e Estado* 31(3), 719–740.
- Castro, J. C. L. d. (2020). Máquinas de guerra híbrida em plataformas algorítmicas (Hybrid War Machines on Algorithmic Platforms). *E-Compós* 23, 1–29.
- Cefaï, D. (2016). Publics, problèmes publics, arènes publiques: Que nous apprend le pragmatisme? *Questions de communication* 2(30), 25–64.
- Charalambous, G. and G. Ioannou (2017). Party Systems, Party-Society Linkages, and Contentious Acts: Cyprus in a Comparative, Southern European Perspective. *Mobilization: An International Quarterly* 22(1), 97–119. Number: 1.

- Commaille, J. and B. Jobert (2019). *Les métamorphoses de la régulation politique*. Paris: Lectures.
- Corcuff, P. (2017). Controverses dans la sociologie française: Autour du Danger sociologique de Gérald Bronner et Étienne Géhin. *Anthropologica* 7, 7–22.
- Corrêa, D. S. (2014). Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Política & Trabalho* 40, 35–62.
- Dubet, F. (1998). A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação* 3(3), 27–33.
- D’Andréa, C. F. d. B. (2014). Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. *Galáxia* 38, 35–62.
- Edgerly, S., K. Thorson, L. Bighash, and M. Hannah (2016). Posting about politics: Media as resources for political expression on Facebook. *Journal of Information Technology & Politics* 13(2), 108–125.
- Elias, N. (1987). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fantinati, C. E. (1990). Sobre o discurso político. *Alfa* 34, 1–10.
- Giumbelli, E. (2019). *Símbolos religiosos em controvérsia*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Greenwood, M. A., M. E. Bakir, G. Gorrell, X. Song, I. Roberts, and K. Bontcheva (2019). Online Abuse of UK MPs from 2015 to 2019: Working Paper. Cornell University.
- Hahl, O., M. Kim, and E. W. Zuckerman Sivan (2018). The Authentic Appeal of the Lying Demagogue: Proclaiming the Deeper Truth about Political Illegitimacy. *American Sociological Review* 30(1), 1–33.
- Hunter, J. D. (1991). *Culture Wars: the struggle to define America*. New York: Basic Books.
- Krook, M. L. and J. R. Sanín (2020). The Cost of Doing Politics? Analyzing Violence and Harassment against Female Politicians. *Perspectives on Politics* 18(3), 740–755.
- Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, problemas e práticas* 49, 11–42.
- Le Marec, J. and I. Babou (2015). La dimension communicationnelle des controverses. *Hermès, La Revue* 3(73), 111–121.
- Lima, R. K. d. (2010). Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de sociologia e política* 13, 23–38.
- Luhtakallio, E. and L. Thévenot (2018). Politics of engagement in an age of differing voices. *European Journal of Cultural and Political Sociology* 5(1-2), 1–11.
- Mauthener, N. S. and A. Doucet (2003). Reflexive accounts and accounts of reflexivity in qualitative data analysis. *Sociology* 37(3), 413–431.
- Mayhew, D. (2004). *Congress. The electoral connection* (2nd ed.). New Haven: Yale University Press.
- McGranahan, C. (2017). An anthropology of lying: Trump and the political sociality of moral outrage. *American Ethnologist* 44(2), 243–248.
- Mendonça, R. F., F. V. d. Freitas, and W. M. d. Oliveira (2014). Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG. *Análise Social* 211, 244–271.
- Meyer, M. (2015). Le confinement des controverses comme objet d’étude. *Hermès* 3, 98–100.
- Miguel, L. F. (2017). *Consenso e Conflito na Democracia Contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp.
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política* 25, 165–175.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Orlandi, E. d. L. P. (1998). Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico* 1(1), 73–81.
- Panke, L. (2012). Categorias de desqualificação na propaganda eleitoral. *Em Debate* 4(6), 7–14.
- Passos, E. and R. B. d. Barros (2009). Por uma política da narratividade. In E. Passos, V. Kastrup, and L. da Escóssia (Eds.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, pp. 150–171. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Paul, C. and M. Matthews (2016). The Russian “firehose of falsehood” propaganda model. *Rand Corporation* 2(7), 1–10.
- Pavesi, P. P. and J. Valentin (2019). Emoção e Polarização nas e pelas Redes Digitais: a gestão de repertórios afetivos por públicos em rede. *Sinais: Revista de Ciências Sociais* 2(23), 98–127.
- Raynaud, D. (2018). *Sociologie des controverses scientifiques: De la philosophie des sciences*. Paris: Éditions matériologiques.
- Rosen, C. (2008). The Age of Egocasting. *The New Atlantis* 7(7), 51–72.
- Safatle, V. (2016). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac & Naif.

- Schmitt, C. (2007). *The concept of the Political*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Schütze, F. (2020). Análise sociológica e linguística de narrativas. *Civitas 14*(2), e11–e52.
- Sell, C. E. (2018). Sociologia compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917. *Tempo Social 30*(3), 321–334.
- Smadja, D. (2012). La boîte noire de la controverse. Raisons politiques. *Raisons politiques 3*(47), 5–11.
- Soares, F. B., R. Recuero, and G. Zago (2019). Asymmetric Polarization on Twitter and the 2018 Brazilian Presidential Elections. *SMSociety '19: Proceedings of the 10th international conference on social media and society*, 67–76.
- Souza, M. F. C. and N. P. d. S. G. d. Azevedo (2018). Guerras culturais e formações imaginárias da polarização política brasileira: um estudo discursivo. *Humanidades & Inovação 5*(4), 209–226.
- Squire, C. (2020). O que é narrativa? *Civitas-Revista de Ciências Sociais 14*, 272–284.
- Thévenot, L. (2014). Voicing concern and difference: from public spaces to common-places. *European Journal of Cultural and Political Sociology 1*(1), 7–34.
- Tiilikainen, T. (2019). Inventing the EU as a Democratic Polity: Concepts, Actors, Controversies. By Claudia Wiesner. Palgrave Studies in European Political Sociology, Palgrave Macmillan, 2019. 309 Pp. ISBN: 978-3-030-06848-6. *Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory 22*(1), 80–82.
- Touraine, A. (2009). *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes.
- Vandevoordt, R. and G. Verschraegen (2019). The European refugee controversy: Civil solidarity, cultural imaginaries and political change. *Social Inclusion 7*(2), 48–52.
- Ward, S. and L. Mcloughlin (2020). Turds, traitors and tossers: the abuse of UK MPs via Twitter. *The Journal of Legislative Studies 26*(1), 47–73.
- Wood, G. T. and M. M. C. Allen (2020). Comparing capitalisms: Debates, controversies and future directions. *Sociology 54*(3), 482–500.